

- XIII -

ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA NO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS (RJ): DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

Bethania Bittencourt Costa e Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Brasil

bethania.ufrj@gmail.com

Introdução

O orientador pedagógico é o profissional da educação básica que compõe a equipe da gestão escolar. Conforme a legislação brasileira, os desenhos das redes públicas de educação e a literatura do campo, esse profissional também pode ser denominado coordenador pedagógico ou supervisor educacional. As possíveis denominações para esse profissional da educação significam que podem haver recontextualizações e ressignificações nos diversos contextos escolares brasileiros. A atuação do orientador pedagógico consiste no planejamento e supervisão do trabalho pedagógico na escola (BRASIL, 1996).

Desenvolvimento

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado em desenvolvimento que investiga, na perspectiva do ciclo de políticas (BOWE e BALL, 1992), os contextos que influenciaram a produção do texto legal que promoveu a transição da função de orientador pedagógico ocupada por professores de ensino fundamental indicados para o cargo ocupado através de concurso público. O processo aponta para um movimento de transição de indicação de professores para a função de orientador pedagógico em direção a um modo de provimento mais republicano e potencialmente democrático para o cargo conquistado através de concurso público. O estudo terá como foco o município de Queimados, na Baixada Fluminense, região geopolítica do estado do Rio de Janeiro que compreende treze municípios e tem, historicamente, marcas de cunho patrimonialista. Queimados é um município jovem, emancipado no início dos anos 90, período pós redemocratização no Brasil, tornando-se autônomo e gerindo seu próprio sistema de ensino. Schwartzman (2015), afirma que patrimonialismo é um termo que refere-se às formas de dominação política em que não são visíveis as distinções entre a atividade pública e privada. Isso significa o uso da esfera pública com objetivo de obtenção de privilégio, lucro, vantagem ou benefício próprios e individuais. De

acordo com Hora (2010), em pesquisa à organização de sistemas de ensino na Baixada Fluminense, estas demonstram-se arraigadas de poder vertical, lineares e segmentados, além de evidências de indicação político-partidárias para funções diretivas. Ademais, a autora aponta para um sentido de gestão democrática esvaziada de articulação com mera consulta aos atores escolares, exercido nesse espaço.

Por meio de pesquisa documental, aplicação de questionários e entrevistas, busca-se compreender quais foram as influências que conduziram a transição para o provimento do cargo, o contexto e a agenda que influenciaram a produção dos textos legais e, por fim, na perspectiva do contexto da prática (BOWE e BALL, 1992) como os orientadores pedagógicos interpretam em sua atuação nas escolas, a gestão democrática. Serão investigadas também as ações da gestão municipal para a regulamentação e criação do cargo de orientador pedagógico no âmbito das escolas públicas da rede municipal.

Resultados preliminares

Em pesquisa realizada no endereço digital da prefeitura de Queimados (RJ) entre os meses de junho a dezembro de 2017 foi localizada a legislação que estabelece a criação do cargo de orientador pedagógico para as escolas da rede pública municipal. Nesse sentido, a lei n° 1019/10 (QUEIMADOS, 2010) criou o cargo de orientador pedagógico com provimento por concurso público na estrutura da secretaria municipal de educação. Dois anos mais tarde, a gestão municipal realizou o primeiro concurso público (QUEIMADOS, 2012) para o provimento do cargo. O perfil exigido, em consonância com o art. 64 da LDB 9394/96, foi curso superior em pedagogia ou qualquer licenciatura com pós-graduação em administração escolar, gestão escolar, orientação pedagógica/coordenação pedagógica, supervisão escolar ou inspeção escolar.

No contexto de um espaço com significativos lastros patrimonialistas, tornar transparente o processo de provimento de um profissional de gestão da escola, cuja atuação e importância estão diretamente ligadas ao trabalho pedagógico da escola, indica para a democratização da gestão escolar no que se refere ao provimento dos profissionais da escola.

Conclusões

No campo da gestão escolar, a prerrogativa de uma gestão democrática descentraliza a ideia de gestão na única figura do diretor escolar, abrangendo um conceito de gestão escolar que inclua outros profissionais da escola como o orientador pedagógico, formando uma equipe gestora no interior da escola. Segundo Moehlecke (2017b), é defendido um modelo de gestão da escola de forma

mais participativa, democrática e descentralizada em detrimento ao modelo de administração tradicional emprestado à escola. Dessa forma, o orientador pedagógico no universo das escolas municipais da cidade de Queimados é parte de uma equipe gestora denominada nesse contexto como ETAP – Equipe Técnico Administrativo Pedagógico – equipe esta formada pelo triângulo diretor escolar, orientador educacional e orientador pedagógico.

A gestão democrática, consubstanciada pelo processo político em que as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, opinam, articulam soluções, acompanham, planejam, debatem, deliberam, controlam e avaliam as ações voltadas para o desenvolvimento da própria escola (SOUZA, 2009).

Nesse sentido, é possível perceber por ora que a gestão municipal rompeu com o modelo de indicação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental da educação básica para um modelo mais republicano, transparente e democrático de provimento para o cargo desse profissional através de concurso público, na perspectiva de garantir um profissional que chegue ao cargo sem interferências políticas na sua seleção para o exercício do trabalho no cotidiano da escola. Moehlecke (2017a) afirma que as funções exercidas pelos profissionais da educação – coordenadores; orientadores e supervisores têm oscilado entre a articulação e coordenação, de modo colaborativo, do conjunto do trabalho coletivo desenvolvido na escola e a supervisão e controle, de modo técnico e burocrático, do trabalho docente. A autora defende que esse profissional pode ser uma figura chave para garantir uma autonomia relativa da escola e da produção docente de modo a construir e executar efetivamente seu projeto político pedagógico de modo participativo. Por fim, destacamos que os próximos passos do estudo em curso serão investigar a atuação desses novos profissionais na rede de Queimados e os desafios postos para a concretização de uma escola pública, gratuita, laica e de qualidade.

Referências

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em dez.2017.

BOWE, Richard; BALL, Stephen. **Reforming Education & Changing Schools. Case studies in policysociology**. London: Routledge, 1992.

HORA, Dinair Leal da. Gestão dos sistemas educacionais: modelos e práticas exercidas na Baixada Fluminense. **RBPAE**, v.26, n°.3, set/dez. 2010. p. 565-581.

MOHELECKE, Sabrina. A Orientação Pedagógica na gestão escolar no Brasil: história e debates atuais. In: MOEHLECKE, Sabrina, AMARAL, Daniela Patti e FERNÁNDES, Silvina Julia (orgs).

História, políticas e experiências de gestão escolar: o lugar da orientação pedagógica nos sistemas de ensino públicos do Rio de Janeiro. CRV Editora, Curitiba, 2017a.

MOEHLECKE, Sabrina. O coordenador pedagógico nos sistemas de ensino do Rio de Janeiro: uma nova aposta na gestão das escolas? **RBP**AE, v.33, n.1, p.223-239, jan./abr. 2017b.

QUEIMADOS. **Lei nº 1019 de 30 de dezembro de 2010.** Cria cargos de provimento por concurso público na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação – SEMED e dá outras providências. Disponível em: <http://www.queimados.rj.gov.br/leis.asp>. Acesso em: nov. 2017

QUEIMADOS. **Edital de concurso público nº 030/CEPUERJ/ 2012.** Disponível em: [http://www.cepuej.uerj.br/App_Upload/Edital%20-%20PMQ%20-%20N%C3%ADvel%20Superior\(1\).pdf](http://www.cepuej.uerj.br/App_Upload/Edital%20-%20PMQ%20-%20N%C3%ADvel%20Superior(1).pdf). Acesso em jun. 2017

SCHWARTZMAN. **Bases do autoritarismo brasileiro.** Campinas: Editora UNICAMP. 5ª ed. p. 87-107, 2015.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista.** v. 25, n.03, p. 123-140, dez. 2009.